

INTEGRANDO ABORDAGENS INOVADORAS PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA METASSÍNTESE SOBRE AS PERSPECTIVAS SOCIAL E RESPONSÁVEL

LUCIANA MAINES DA SILVA

FERNANDA DOS SANTOS JORGE

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

GABRIELA ZORTEA DUARTE

ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

YURI DIAS HAMDAN

ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

GEORGE DE SALLES CANFIELD

Introdução

Desafios tecnológicos e sociais crescentes exigem inovações que vão além do mercado, voltadas à resolução de problemas sociais e ambientais de forma responsável e inclusiva. Inovação Social busca soluções para demandas negligenciadas, gerando impacto comunitário; Inovação Responsável foca no processo, unindo viabilidade técnica, rentabilidade, relevância social e ética. Ambas compartilham valores como sustentabilidade, justiça social e inclusão, mas pouco se sabe sobre como convergem ou se complementam. Este estudo investiga esses diálogos e propõe diretrizes integradas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Assim, define-se o problema de pesquisa: Quais são as convergências e divergências entre os princípios e práticas da Inovação Social e da Inovação Responsável, e como elas podem ser integradas em iniciativas que busquem impactos sustentáveis? O objetivo principal é identificar os principais conceitos, princípios e dimensões da inovação social e da inovação responsável; analisar os pontos de convergência e divergência entre os dois campos; e propor diretrizes integradas para orientar iniciativas híbridas.

Fundamentação Teórica

A Inovação Social (IS) pode ser considerada um subtipo de inovação, distinguindo-se da inovação tecnológica por incluir e priorizar a dimensão social como seu principal objetivo. Taylor (1970) aborda a IS como uma “nova maneira de fazer as coisas”. A Pesquisa e Inovação Responsável (RRI), surge como uma abordagem crítica à forma tradicional de ciência e inovação, propondo uma nova lógica orientada por valores sociais, éticos e sustentáveis. Stilgoe et al. (2013) defende que a RRI é sustentada por quatro dimensões inter-relacionadas: antecipação, reflexividade, inclusão e responsividade.

Metodologia

Foi realizada uma metassíntese de estudos de caso qualitativos (Hoon, 2013). Foram realizadas extrações em junho de 2025 dos últimos 5 anos (2021-2025). Ao todo, foram extraídos 402 artigos. Os autores utilizaram a plataforma Rayyan (<https://www.rayyan.ai/>) para a análise dos artigos. Do total de 402 estudos, 109 eram duplicados, restando, assim, 293 artigos. Cada artigo foi avaliado por, pelo menos, dois autores. Ao final, foram selecionados 51 artigos.

Análise e Discussão dos Resultados

Foram formuladas quatro proposições analíticas que diferenciam IS e IR e com base nessas proposições, em termos de foco (demanda social versus reflexão ética), impacto (transformação sistêmica versus alinhamento normativo), engajamento de stakeholders (orgânico versus institucionalizado) e origem das iniciativas (bottom-up versus top-down). Com base nessas proposições, o estudo propõe um conjunto de diretrizes integrativas que orientam a constituição de modelos híbridos de inovação ancorados em cocriação reflexiva, escalabilidade ética, governança policêntrica e avaliação multidimensional.

Considerações Finais

A partir da identificação de convergências e divergências entre essas abordagens, o estudo evidenciou que ambas compartilham fundamentos normativos orientados à transformação social e à sustentabilidade, ainda que operem com lógicas, estruturas e propósitos distintos. As diretrizes não formam um modelo prescritivo, mas sim um quadro analítico flexível, que pode guiar gestores, formuladores de políticas e pesquisadores na concepção e avaliação de inovações voltadas à sustentabilidade. Em conjunto, apontam para a construção de um campo de inovação híbrida.

Referências

Hoon, C. (2013). Meta-Synthesis of Qualitative Case Studies: An Approach to Theory Building. *Organizational Research Methods*, 16(4), 522-556.
Stilgoe, J., Owen, R., & Macnaghten, P. (2013). Developing a framework for responsible innovation. *Research Policy*, 42(9), 1568-1580.
Taylor, J. B. (1970). Introducing Social Innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 6(1), 69-77.

Palavras Chave

inovação social, inovação responsável, metassíntese

INTEGRANDO ABORDAGENS INOVADORAS PARA A SUSTENTABILIDADE: UMA METASSÍNTESE SOBRE AS PERSPECTIVAS SOCIAL E RESPONSÁVEL

Resumo: Este artigo analisa as possibilidades de integração entre a Inovação Social (IS) e a Inovação Responsável (IR) com vistas a orientar a constituição de modelos de inovação voltados à sustentabilidade. Para isso, foi realizada uma metassíntese, analisando estudos de caso qualitativos publicados entre 2021 e 2025, totalizando 51 artigos. A análise resultou em quatro proposições analíticas que distinguem os dois campos quanto ao foco (resolução de demandas sociais versus reflexão ética), impacto (transformação sistêmica versus alinhamento normativo), formas de engajamento (colaboração orgânica versus institucionalizada) e locus de origem (bottom-up versus top-down). Com base nessas proposições, o estudo propõe um conjunto de diretrizes integrativas para iniciativas híbridas: cocriação reflexiva, escalabilidade ética, governança policêntrica e avaliação multidimensional. Essas diretrizes articulam os fundamentos normativos da IR com os processos participativos e contextuais da IS, contribuindo para o avanço teórico do campo da inovação orientada por valores sociais, ambientais e éticos. A principal contribuição do estudo reside na construção de uma análise que permite compreender e operacionalizar a intersecção entre duas abordagens de inovação, com implicações para políticas públicas, estratégias organizacionais e pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: inovação social; inovação responsável; sustentabilidade; metassíntese; desenvolvimento sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Enquanto sociedade evoluímos de diversas formas. Se considerarmos as revoluções industriais, por exemplo, iniciamos com máquinas à vapor e tear mecânico e chegamos a era da tecnologia da informação aproximando cada vez mais homem e máquina. Cada fase trouxe consigo inovações e transformações que alteraram os padrões das instituições como um todo. Novos produtos, novas formas de consumo, novas experiências, novos desafios sociais e ambientais próprios da trajetória evolutiva estão postos em nosso cotidiano.

Refletir acerca das implicações destas transformações também se torna pauta nesse cenário evolutivo. Desafios cada vez mais complexos se apresentam com a evolução tecnológica e social. Responder a eles por meio de novas formas de inovação voltadas não apenas ao mercado, mas à resolução de problemas sociais e ambientais pode contribuir para uma jornada de crescimento e desenvolvimento no âmbito econômico, social e ambiental de forma responsável e inclusiva.

Nesse contexto emerge os pressupostos da Inovação Social e da Inovação responsável buscando atender e contribuir com as lacunas de demandas sociais negligenciadas ou carentes em atendimento por consequência das dinâmicas de mercado. A inovação social se compõe por meio de soluções a problemas sociais (Caulier-Grice *et al.*, 2012; Taylor, 1970) impactando positivamente uma comunidade ou um coletivo social. Por sua vez, a Inovação Responsável se compõe pela maneira de produzir inovações, as quais precisam ser viáveis tecnicamente, rentáveis, socialmente desejável e eticamente aceitável (Owen *et al.*, 2012; Von Schomberg, 2013;).

Nessa perspectiva, a questão de pesquisa se define em identificar: Quais são as convergências e divergências entre os princípios e práticas da inovação social e da inovação

responsável, e como elas podem ser integradas em iniciativas que busquem impactos sustentáveis? Tendo em vista os pressupostos apresentados a pesquisa se justifica pois, tanto a inovação social quanto a inovação responsável emergem como respostas a crises éticas, sociais e ambientais, e compartilham valores como inclusão de *stakeholders*, sustentabilidade e justiça social. No entanto, poucos estudos analisam de forma comparada ou integrada como esses dois campos dialogam ou se complementam em teoria e prática.

Para aprofundar estes aspectos os objetivos deste estudo são: identificar os principais conceitos, princípios e dimensões da inovação social e da inovação responsável; analisar os pontos de convergência e divergência entre os dois campos; e propor diretrizes integradas para orientar iniciativas híbridas. Considerando o objetivo de integrar dois campos conceituais parcialmente sobrepostos — inovação social e inovação responsável — optamos por utilizar a abordagem de metassíntese proposta por Hoon (2013), que permite reinterpretar criticamente os achados de estudos primários para construir uma nova compreensão teórica.

Para atender ao proposto de pesquisa, além desta introdução o estudo apresenta na próxima seção a fundamentação teórica e, na sequência, a seção metodológica. A seção quatro discorre acerca da análise de resultados finalizando com a seção cinco de conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Inovação social: fundamentos, especificidades e desafios

A inovação, como é amplamente difundida, se refere a criação de novas ideias ou melhoria de algo já existente com a intenção de ganho econômico (Pol & Ville, 2009). Esse paradigma foi popularizado por um dos grandes estudiosos de inovação, o economista e cientista político Schumpeter (1982), que sustentou o argumento de que a inovação é o motor do desenvolvimento econômico numa economia capitalista. A OECD (2018, p.20) define inovação como “um produto ou processo novo ou aprimorado (ou combinação deles) que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores da unidade e que foi disponibilizado para usuários potenciais (produto) ou colocado em uso pela unidade (processo)”. Exemplificando, uma inovação pode assumir quatro diferentes formas: i) produto (inclusão de um novo bem ou serviço ou aperfeiçoamento relevante aos já existentes); ii) organizacional (introdução de novos métodos organizacionais ou práticas de negócios); iii) processo (um método de produção novo ou significativamente melhorado) e; v) marketing (novas técnicas que resultem em mudanças significativas na concepção do produto e/ou serviço) (OECD, 2018).

Dado esse contexto, a inovação social (IS), por sua vez, pode ser considerada um subtipo de inovação, distinguindo-se do conceito de inovação tecnológica por incluir e priorizar a dimensão social como seu principal objetivo. Em seu estudo seminal, Taylor (1970), aborda a IS como uma forma de buscar respostas às necessidades sociais por meio da introdução de uma invenção social, ou seja, uma “nova maneira de fazer as coisas”. Trata-se de uma “nova solução” ou uma “nova resposta”, que é deliberadamente empreendida para oferecer uma solução a um problema social identificado e que pode afetar todos os setores da sociedade e ainda sugere que essa mudança deve ser sustentável (Cloutier, 2003). Segundo Cajaiba-Santana

(2014), o objetivo final da inovação social é propor soluções que resultem em mudanças no âmbito social, as quais são desencadeadas pela ação coletiva.

Nesse sentido, a inovação social é um processo frequentemente iniciado pela proposição de novas ideias por parte de comunidades e indivíduos e quando essas ideias são difundidas para além do contexto inicialmente implementado, sendo capazes de proporcionar um impacto duradouro, podemos chamá-las de inovação social (Westley & Antadze, 2010). Consequentemente, as soluções não surgem necessariamente alavancadas por empresas, grandes instituições ou institutos de pesquisas, mas podem proceder de iniciativas modestas, como grupos, comunidades e usuários, o que a diferencia ainda mais da inovação tecnológica (Benneworth *et al.*, 2016). A Tabela 1 ilustra os principais elementos que diferenciam, conceitual e empiricamente, a inovação tecnológica da inovação social.

Tabela 1

Principais elementos que diferenciam a inovação tecnológica da inovação social

Perspectiva	Inovação tecnológica	Inovação social	Fontes
Aplicação	Melhoria de um produto, processo ou serviço.	Questões sociais, bem-estar dos indivíduos e da coletividade.	Bataglin <i>et al.</i> , 2021; Bilali (2018); Cajaiba-Santana (2014); Caulier-Grice <i>et al.</i> , 2012; Howaldt <i>et al.</i> (2016); Pol & Ville (2009); Schumpeter (1912).
Propósito	Foco no avanço tecnológico e vantagem competitiva para incremento dos lucros.	Social e sustentável, que pode ou não ocorrer a partir do avanço tecnológico.	
Beneficiados	Grupo específico ou privado.	Sociedade como um todo ou comunidades com necessidades específicas.	
Impacto social	Não é requerido.	É necessariamente requerido.	
Impacto no desenvolvimento sustentável	Aborda apenas o pilar econômico.	Aborda os três pilares de sustentabilidade: social, econômico e ambiental.	
Criação de valor	Apropriação de valor econômico, podendo ou não agregar valor social.	Criação de valor social, a partir da adição das dimensões social e ambiental.	
Processo pelo qual ocorre	Fechado. Protegido por meio de mecanismos e proteção intelectual e tecnológica, de forma a evitar a replicação.	Difuso, favorecendo a transposição do conhecimento entre organizações e comunidades, estimulando a replicação.	

Como se pode observar, dois aspectos são ressaltados nas perspectivas sintetizadas na Tabela 1; primeiro o diferencial em termos de aplicação, propósito e beneficiados; segundo a forma pela qual ocorre o processo de inovação social. Diferentemente da inovação tecnológica, a inovação social tem como principal característica o processo colaborativo, já que, conforme destaca Bittencourt e Bignetti (2012, p.16), “por definição, implica na participação de todos os atores envolvidos, num processo de construção social, e a utilização de redes e de mecanismos de coordenação de atividades facilitam a vinculação, a comunicação e a ação conjunta.”

Logo, requer a interação entre os setores sociais do governo, negócios e sociedade civil (Howaldt *et al.*, 2016), podendo ser desenvolvida, exclusiva ou em colaboração, nos setores sem fins lucrativos, público, privado ou até mesmo informalmente, por indivíduos, famílias, comunidades e movimentos sociais (Caulier-Grice *et al.*, 2012). Dado esse e outros aspectos, o processo de inovação social torna-se complexo, requerendo a adoção de diversos mecanismos

para adquirir os recursos necessários para sua implementação, especialmente financeiros, infraestrutura e apoio institucional e político (Bufali *et al.*, 2023).

Para alcançar um impacto sistêmico e duradouro, que é seu principal objetivo (Cajaiba-Santana, 2014), a inovação social precisa ter sua eficácia validada pelos seus usuários, sendo incorporada ao seu ambiente, tornando-se uma prática comum e alterando as estruturas e sistemas existentes. No entanto, para que isso ocorra, as soluções precisam ser expandidas e sustentadas, gerando impacto em larga escala, o que representa um dos principais desafios da inovação social (Moore *et al.*, 2015). A falta de financiamento de longo prazo, tensões organizacionais e de liderança, a necessidade de adaptação contínua a ambientes dinâmicos são alguns dos fatores que precisam ser considerados quando falamos de escalabilidade em inovação social (Moore *et al.*, 2015).

Dessa forma, a inovação social constitui um processo multifacetado, que pode envolver diversos atores da sociedade e apresentar questões complexas de implementação. Suas características ao mesmo tempo que ampliam seu potencial transformador, impõem desafios significativos ao longo de sua jornada. Ao comparar tais aspectos com outras abordagens de inovação orientadas por valor, como é o caso da inovação responsável, podemos evidenciar e analisar possíveis convergências ou distanciamentos entre elas.

2.2 Inovação Responsável: fundamentos, especificidades e desafios

A Pesquisa e Inovação Responsável (Responsible Research and Innovation – RRI), emerge como uma abordagem crítica à forma tradicional de se produzir ciência e inovação, propondo uma nova lógica de governança orientada por valores sociais, éticos e sustentáveis. A RRI busca alinhar os processos de pesquisa e desenvolvimento às expectativas e necessidades da sociedade, promovendo uma inovação que não apenas seja tecnicamente viável ou economicamente rentável, mas socialmente desejável e eticamente aceitável (Owen, Stilgoe & Macnaghten, 2012; Von Schomberg, 2013;).

De acordo com Stilgoe *et al.* (2013), a RRI é sustentada por quatro dimensões inter-relacionadas: i) antecipação – identificação e análise dos possíveis impactos e riscos da inovação; ii) reflexividade – questionamento dos pressupostos, valores e propósitos que orientam a pesquisa; iii) inclusão – engajamento de múltiplos stakeholders no processo de decisão; e iv) responsividade – capacidade de adaptação dos caminhos de inovação frente a novos conhecimentos e demandas sociais. Essas dimensões operam como princípios orientadores para instituições científicas, empresas, formuladores de políticas e demais atores envolvidos na inovação.

Enquanto a inovação tradicional é frequentemente guiada por metas de competitividade, crescimento econômico e avanço tecnológico, a inovação responsável insere uma perspectiva mais normativa, ao enfatizar o “por quê” e o “para quem” se inova (Owen *et al.*, 2012). Assim, desloca o foco da inovação como um fim em si mesmo para a inovação como meio de enfrentar grandes desafios sociais – como mudanças climáticas, inclusão digital, equidade em saúde ou justiça social –, sendo particularmente relevante em contextos de incerteza e vulnerabilidade (Stilgoe, 2020; van Oudheusden, 2014).

A RRI é, portanto, um campo interdisciplinar e transectorial, que exige práticas de diálogo aberto entre ciência e sociedade, metodologias participativas e mecanismos de

avaliação contínua dos impactos socioeconômicos e ambientais da inovação. Dentre seus principais desafios, destaca-se a dificuldade de institucionalizar seus princípios nas estruturas tradicionais de pesquisa e inovação, especialmente em ambientes orientados por métricas produtivistas e lógicas de mercado (Burget *et al.*, 2017). Além disso, há tensões inerentes à tentativa de combinar accountability com flexibilidade adaptativa, bem como dilemas éticos sobre quem define o que é “socialmente desejável” (Owen *et al.*, 2013).

A Tabela 2 sintetiza os principais elementos que caracterizam a inovação responsável em comparação com a inovação tradicional.

Tabela 2

Principais elementos que diferenciam a inovação tradicional da inovação responsável

Perspectiva	Inovação Tradicional	Inovação Responsável
Finalidade	Competitividade, eficiência, lucro	Valor social, equidade, sustentabilidade
Participação social	Limitada ou consultiva	Inclusiva, participativa e deliberativa
Antecipação de impactos	Foco em riscos técnicos	Análise ética, ambiental e social proativa
Processos de decisão	Lineares, top-down	Reflexivos, adaptativos e responsivos
Avaliação de resultados	Baseada em desempenho técnico e econômico	Baseada em impactos sociais e ambientais
Exemplos de aplicação	Indústrias farmacêuticas, tecnologia da informação	Saúde pública, biotecnologia, energia, cidades inteligentes

Fontes: Burget *et al.* (2017); Owen *et al.* (2012); Stilgoe (2020); Stilgoe *et al.* (2013); Von Schomberg (2013).

A integração dos princípios de RRI à prática científica e à gestão da inovação também impõe a necessidade de mudanças estruturais nas formas como projetos são concebidos, financiados e avaliados. Isso inclui o fortalecimento de capacidades organizacionais para diálogo com stakeholders externos, a criação de indicadores qualitativos de impacto social e o desenvolvimento de estruturas de governança sensíveis à diversidade cultural, territorial e institucional (Mejlgaard *et al.*, 2018).

Apesar de sua relevância teórica e normativa, a abordagem RRI é alvo de críticas significativas. De Saille (2015) argumenta que o conceito de RRI apresenta forte viés eurocêntrico, tendo emergido no contexto das políticas de inovação da União Europeia, o que pode limitar sua aplicabilidade em outras realidades culturais e institucionais. Blok e Lemmens (2015) denunciam a ambiguidade do conceito, destacando sua dependência de uma visão tecnológica e econômica estreita, o que fragiliza sua aplicação prática frente à complexidade dos processos reais de inovação. Adicionalmente, se questiona a instrumentalização da participação social, quando o engajamento de stakeholders se reduz a um requisito formal, sem

assegurar influência efetiva na adoção de decisões, o que pode comprometer a credibilidade do processo participativo.

Assim como a inovação social, a inovação responsável amplia o escopo dos atores envolvidos e o significado do valor gerado pela inovação. Entretanto, enquanto a primeira tende a emergir de contextos locais e práticas sociais, a RRI parte, muitas vezes, de políticas públicas de ciência e tecnologia, sendo institucionalizada em programas de fomento e marcos regulatórios, principalmente no contexto do norte global. Apesar de suas trajetórias distintas, ambas compartilham a ambição de tornar a inovação mais alinhada com os desafios sociais contemporâneos e, por isso, apresentam áreas de convergência e complementaridade que merecem ser exploradas.

3 METODOLOGIA

Uma vez que o objetivo do estudo é o de compreender quais são as convergências e divergências entre os princípios e práticas da inovação social e da inovação responsável, e como elas podem ser integradas em iniciativas que busquem impactos sustentáveis, os autores optaram por realizar uma meta síntese de estudos de caso qualitativos. Segundo Hoon (2013), a metodologia é adequada para a integração crítica de literatura fragmentada com o objetivo de desenvolver uma compreensão teórica mais profunda e integrativa. Essa abordagem é especialmente útil quando se busca conectar domínios emergentes de pesquisa, como inovação social e inovação responsável, e gerar contribuições conceituais a partir de múltiplas fontes qualitativas.

Ao longo dos últimos anos, se verifica um crescimento em estudos que adotam essa metodologia, inclusive, conectadas a inovação social, como por exemplo, Rocha *et al.* (2023), que analisaram a geração de impacto social, ou com inovação responsável, como Silva *et al.* (2019), que abordaram o papel dos stakeholders externos.

A metassíntese de estudos de caso qualitativos, proposta por Hoon (2013) pressupõe um determinado desenho de pesquisa, composto por oito etapas. A primeira etapa é a formulação da pergunta de pesquisa. No caso deste estudo, os autores escolheram por analisar conjuntamente os campos da inovação social e da inovação responsável, fundamentados na observação de que ambos são conceitos que lidam com desafios contemporâneos de ordem ética, social e ambiental. Embora com origens distintas, ambos compartilham fundamentos normativos, como a valorização da inclusão de múltiplos stakeholders, o compromisso com a sustentabilidade e a orientação para impactos sociais transformadores. A partir desse entendimento, emerge a questão de pesquisa, qual seja, quais são as convergências e divergências entre os princípios e práticas da inovação social e da inovação responsável, e como elas podem ser integradas em iniciativas que busquem impactos sustentáveis?

A segunda etapa é a de localizar pesquisas relevantes. Para tanto, foram realizadas extrações em junho de 2025 nas bases de dados selecionadas, Scopus e Web of Science, definindo somente artigos (já excluídos capítulos de livros, editoriais, etc), dos últimos 5 anos (2021-2025), nas 10 revistas científicas com maior número de publicações, em open access, na área de “business” e “economics”. Os termos de busca utilizados foram (1) “social innovation” e (2) “responsible research and innovation” OR “responsible innovation”. Ao todo, foram extraídos 402 artigos, conforme a Tabela 3.

Tabela 3*Artigos extraídos das bases de dados*

Base de dados	Social Innovation	Responsible research and innovation OR Responsible innovation	Total
Scopus	61	105	166
Web of Science	83	153	236
Total	144	258	402

Os autores utilizaram a plataforma Rayyan (<https://www.rayyan.ai/>) para a análise dos artigos. Do total de 402 estudos, 109 eram duplicados, restando, assim, 293 artigos.

A terceira etapa diz respeito aos critérios de inclusão e exclusão. Uma vez que a metodologia selecionada foi a de analisar estudos de caso qualitativo, os artigos foram avaliados, sendo excluídos aqueles que não condizem com o critério. Cada artigo foi avaliado por, pelo menos, dois autores, para garantir a fidedignidade da escolha. Ao final, foram considerados 51 artigos.

A quarta etapa diz respeito a extração e codificação dos dados. Para tanto, foi criada uma planilha compartilhada para que cada um dos autores incluísse a informação dos artigos que analisou. Essa etapa foi realizada por quatro autores, sendo que cada um avaliou, em média, 12 artigos. Foram extraídas informações como título, autor, revista, ano de publicação, autores, localização (geográfica), objetivo do estudo, conceito utilizado, contexto, área de aplicação, principais resultados, e outras informações relevantes.

As demais etapas, (5) analisando em um nível específico de caso, (6) sintetizando em um nível de estudo cruzado, (7) construindo teoria a partir da metassíntese e, (8) discussão, são sintetizados nas seções a seguir.

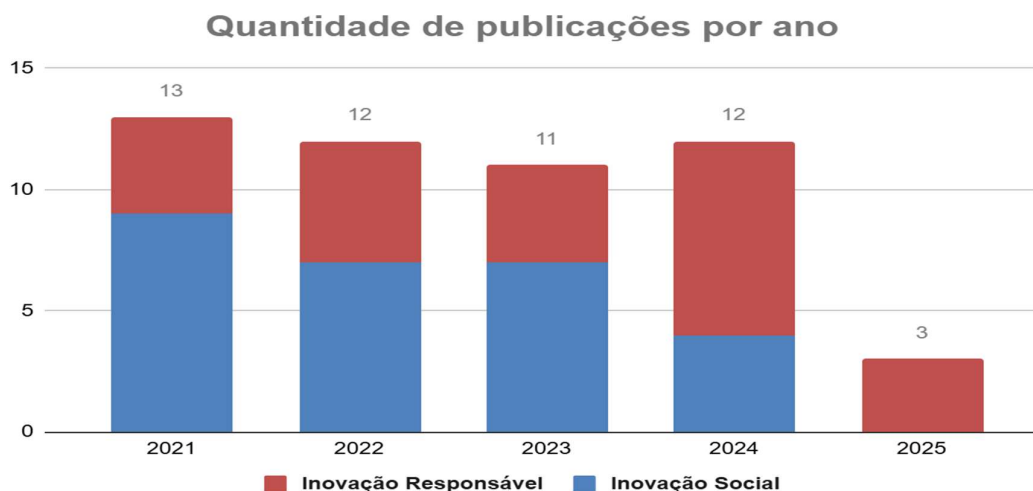
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva dos estudos incluídos

Esta subseção apresenta um panorama descritivo dos estudos selecionados para esta metassíntese. A análise contempla aspectos quantitativos e qualitativos que permitem compreender o perfil e contexto dos estudos que abordaram as temáticas de inovação social e inovação responsável no período entre 2021 e 2025. Dos 51 estudos selecionados, 27 abordam a temática de inovação social e 24 a inovação responsável. A evolução dos estudos ao longo dos anos pode ser observada na Figura 1.

Figura 1

Publicações por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode ser observado, entre 2021 e 2014 o volume total de estudos publicados nas temáticas se manteve praticamente o mesmo. Entre 2021 e 2024 a temática de inovação social supera inovação responsável, sendo publicados 9, 7 e 7 estudos, respectivamente. Porém, em 2024 ocorre uma inversão dessa tendência, e observamos 8 estudos de inovação responsável e 4 de inovação social. O baixo número de estudos em 2025, é possivelmente explicado pela incompletude do ano. No entanto, os 3 estudos selecionados são da temática de inovação responsável.

Dado que a inovação social e inovação responsável estão, geralmente, fortemente relacionadas a contextos culturais e socioeconômicos em que são desenvolvidas, optou-se por analisar os países onde os dados foram coletados para elaboração dos estudos. Num contexto geral e considerando separadamente os países que aparecem conjuntamente, os mais recorrentes são: Espanha, Itália, Áustria, Estados Unidos e Reino Unido, com quatro estudos cada. Na sequência, com três estudos cada, destacam-se Brasil, China e Escócia. África do Sul, Canadá, Holanda e França vem logo depois com dois estudos cada. Ao analisar os dez países mais recorrentes por temática (Tabela 4), percebemos que o Reino Unido, Estados Unidos, Áustria, Brasil e China, destacam-se na temática de inovação responsável, enquanto Espanha, Itália e Escócia, destacam-se na temática de inovação social. Essa distinção pode indicar tanto o grau de institucionalização desses conceitos nos países, quanto o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que promovam tais inovações.

Tabela 4*Países mais recorrentes por temática*

País	Inovação Responsável	Inovação Social	Total
Reino Unido	4	0	4
Estados Unidos	3	1	4
Espanha	1	3	4
Itália	1	3	4
Áustria	3	1	4
Brasil	3	0	3
China	3	0	3
Escócia	0	3	3
Canadá	2	0	2
Países Baixos	2	0	2

Para entender o nível de análise predominante de cada temática, foi realizada uma categorização com base na origem de coleta dos dados. Estudos cuja origem de dados foram projetos nacionais e setores da economia, foram categorizados como macro. Estudos com foco em organizações como empresas sociais, universidades, entidades sem fins lucrativos etc., foram categorizadas em nível de análise meso e, finalmente, estudos voltados a grupos comunitários, centros locais e populações específicas, foram categorizados como micro. A Tabela 5 evidencia a origem dos dados dos estudos de inovação social e Responsável

Tabela 5*Origem dos dados dos estudos de inovação social*

Nível de Análise	Inovação Social	Inovação Responsável
Meso	19	17
Micro	4	6
Macro	4	1

Como se pode observar, há uma predominância de estudos que abordam casos em organizações. Os estudos coletaram dados em empresas sociais (5), ecossistemas universitários (3), entidades sem fins lucrativos (2), startups (2), sistemas locais de produção (2), empresa privada (1), setor voluntário (1), microempresas (1), cooperativa (1), ecossistema de

empreendedorismo social (1). Os estudos que utilizaram como unidade de análise grupos independentes/centros comunitários (2) e grupos específicos de pessoas (2), abordaram a inovação social a partir de contextos sociais imediatos, focando nas experiências e percepções. No nível macro, temos estudos que abordaram projetos nacionais específicos (3) e um estudo que abordou o setor público como um todo.

Os estudos de inovação responsável também priorizam análises em nível meso, conforme é demonstrado na Tabela 5. Tais estudos são desenvolvidos em projetos acadêmicos, redes e centros de pesquisa (5), empresas privadas (2), indústrias (2), setor de saúde (2), startup (1), cooperativa (1), universidade (1), rede de colaboração (1), setor de energia (1) e setor ciência e alta tecnologia (1). Os estudos de nível macro se concentram em projetos nacionais de grande escala (6), os quais abordam questões sociais como mobilidade, nanotecnologia e desenvolvimento urbano. O único estudo de nível micro foi realizado com empreendedores institucionais financiados pelo programa Horizon 2020 de Pesquisa e Inovação da União Europeia.

Em síntese, observa-se que ambas as temáticas priorizam análises em contextos organizacionais. A inovação social apresenta uma distribuição mais equilibrada entre os níveis de análise, o que vai de encontro com a sua capacidade de dialogar com problemas sociais mais diversos e descentralizados. A inovação responsável é claramente mais associada ao nível macro, sendo fortemente desenvolvida em projetos liderados pelo setor público, reforçando seu alinhamento com agendas políticas estruturadas.

4.2 Inovação Social e Inovação Responsável: distinções conceituais, propósitos e impactos

Embora Inovação Social (IS) e Inovação Responsável (IR) podem ser observadas em um mesmo contexto ou objeto de análise, ambas se apresentam com definições, características e propósitos distintos mesmo convergindo em alguns aspectos. Ambas as ciências dedicam atenção às questões sociais, ambientais e econômicas a longo prazo.

No que tange a IS os esforços estão em atender a necessidades sociais específicas por meio de novas ideias (Lauren *et al.*, 2022). Estas por sua vez devem se caracterizar por gerar mudanças significativas e duradouras em sistemas beneficiando a rede de autores (Chen *et al.*, 2024). As soluções voltadas a IS muitas vezes envolvem vazios institucionais ou desafios sociais não resolvidos (Sacchetti, 2022).

Já a IR se caracteriza por sua reflexividade no âmbito de pesquisa e inovação especialmente acerca de suas implicações para a sociedade. Como exemplo, os autores Dabars e Dwyer (2022) enfatizam a importância de tecnologias com potencial transformador serem abordadas com cuidado e previsão. O alinhamento entre resultados de mercado (financeiro) das inovações com os objetivos sociais relevantes devem ser ponderados antes destas tecnologias serem oferecidas às instituições. Para contribuir com uma definição aos dois conceitos se apresenta a proposição:

Proposição 1: A Inovação Social objetiva atender a demandas sociais latentes enquanto a Inovação Responsável objetiva refletir acerca de inovações dispostas no mercado ou em fase de desenvolvimento.

Gerar impacto positivo e aceito socialmente é central tanto nos princípios de IS quanto de IR. A Inovação Social é intrinsecamente impulsionada pela necessidade de abordar desafios sociais e criar valor coletivo, buscando ativamente a mudança social e o aprimoramento do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas e das relações sociais (Gustafssona *et al.*, 2023). Ela se manifesta através de "novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente atendam a necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais" (Sheik *et al.*, 2023; Tuckerman, 2022) resultando em profundas mudanças sociais ao alterar percepções, comportamentos e estruturas. Os impactos relacionados a IS abrangem:

- Alcance da mudança social: A inovação social busca e é um meio para alcançar a mudança social, com diferentes abordagens de "abertura" (como a inovação social aberta) levando a distintas formas de gerar essa mudança Tuckerman (2022). Há uma tensão em empresas sociais entre maximizar o impacto social e a necessidade de sustentabilidade financeira. Organizações voluntárias e a cocriação no planejamento urbano mostram como a inovação social pode superar barreiras estruturais e escalar soluções (Khan *et al.*, 2023).
- Desenvolvimento e bem-estar: Fortalece microempresas, melhora qualidade de vida e promove alterações em comportamentos e estruturas sociais (Chen *et al.*, 2024; Gustafssona *et al.*, 2023; Kassim *et al.*, 2022).
- Empoderamento e inclusão: Tecnologias digitais ampliam o acesso, a participação cidadã e a inclusão de populações marginalizadas, fortalecendo ecossistemas urbanos mais justos (Paredes & Vigiola, 2024; Petersen & Kruss, 2022). A combinação de design centrado nas pessoas com tecnologia potencializa soluções sustentáveis e de alto impacto (Christopoulos *et al.*, 2023).
- Governança e relações sociais: Propõe novos modelos de autogestão e colaboração, como formas alternativas de governança urbana com menor hierarquia (Morandeira-Arca *et al.* 2021; Petersen & Kruss, 2022; Sheik *et al.*, 2023). Organizações voluntárias e a cocriação no planejamento urbano mostram como a inovação social pode superar barreiras estruturais e escalar soluções.

Por sua vez, a Inovação Responsável (IR), especialmente no âmbito da pesquisa e inovação (RRI), atua como um arcabouço normativo que busca direcionar proativamente a pesquisa e a inovação para resultados desejados, alinhados com valores sociais, éticos e ambientais (Heltzel *et al.*, 2022; Lehoux *et al.*, 2021). Os impactos relacionados a IR abrangem:

- Abordagem de grandes desafios sociais: A RRI busca alinhar o processo de pesquisa e inovação com as necessidades e expectativas da sociedade e para abordar os grandes desafios sociais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mudanças climáticas e crescimento inclusivo. É fundamental para enfrentar esses desafios e promover um futuro sustentável (Degbey *et al.*, 2024; Lehoux *et al.*, 2021).
- Criação de valor ético, social e ambiental: A IR é um conceito normativo impulsionado por valores e propósitos, exigindo o alinhamento de objetivos econômicos, sociais e ambientais para a criação de valor responsável (Lehoux *et al.*, 2021). Organizações que produzem inovações responsáveis na saúde, por exemplo, se esforçam para atender a princípios éticos, econômicos, sociais e ambientais (Lehoux *et al.*, 2021).

- Resultados científicos mais aceitáveis: A RRI busca garantir que os resultados e produtos científicos sejam mais eticamente aceitáveis, sustentáveis e socialmente desejáveis (Heltzel *et al.*, 2022).

Diante ao exposto, tanto a inovação social quanto a inovação responsável são focadas em gerar mudanças positivas e duradouras, seja através da satisfação de necessidades sociais, da transformação de sistemas, do empoderamento de comunidades, da criação de valor compartilhado ou do direcionamento da ciência e tecnologia para um futuro mais equitativo e sustentável. Dessa forma, emerge a proposição 2:

Proposição 2: Na Inovação Social (IS), o impacto refere-se à mudança social duradoura. Já na Inovação Responsável (IR), o impacto está no alinhamento ético e social dos processos de pesquisa e inovação com as reais necessidades da sociedade.

Ambas as abordagens valorizam a colaboração de múltiplos *stakeholders* como um elemento fundamental para o desenvolvimento e implementação de inovações com impacto social e ético. No entanto, a análise dos artigos revela nuances importantes.

Diversos estudos de inovação social demonstram que a colaboração ocorre de forma mais orgânica e horizontal, geralmente envolvendo comunidades locais, grupos marginalizados e organizações de base. Essa participação é central desde a concepção até a execução das soluções (Bufali *et al.*, 2023; Tuckerman, 2022). Já na inovação responsável, a inclusão de *stakeholders* é frequentemente articulada por estruturas institucionais ou políticas públicas, assumindo um papel mais normativo ou formalizado, como observado em projetos europeus vinculados ao Horizon 2020. Essa diferença no modo de engajamento sugere que a colaboração em IS é mais distribuída e *bottom-up*, enquanto em IR tende a ser articulada a partir de contextos regulatórios ou científicos. Como resultado, surge a proposição 3:

Proposição 3: A colaboração de *stakeholders* é central em ambas as abordagens, mas ocorre de forma mais distribuída e espontânea na Inovação Social, e de forma mais institucionalizada e normatizada na Inovação Responsável.

A análise dos níveis de origem dos dados também confirma uma divergência estrutural relevante. Os estudos de IR são majoritariamente desenvolvidos a partir de projetos em nível macro, liderados por políticas públicas, centros de pesquisa e universidades (17 meso, 6 macro, 1 micro). Já os estudos de IS mostram uma distribuição mais equilibrada entre níveis meso, micro e macro (19 meso, 4 micro, 4 macro), refletindo sua natureza mais descentralizada e emergente. Essa evidência reforça o argumento de que a IR apresenta um viés mais *top-down*, enquanto a IS opera majoritariamente com lógica *bottom-up*, ainda que também se relacione a instituições estabelecidas. Sendo assim, a última proposição que apresentamos relaciona-se com a origem de IS e IR:

Proposição 4: A Inovação Responsável tende a emergir em contextos institucionais formais com abordagens *top-down*, enquanto a Inovação Social é mais frequentemente ativada por dinâmicas *bottom-up*, conectadas a comunidades, organizações sociais e redes colaborativas.

Conforme expõe Shier *et al.* (2024), os processos colaborativos atendem a diferentes necessidades, que vão desde acesso a recursos, compartilhamento de *expertise* ou até mesmo um meio para obter legitimidade organizacional. Dessa forma, independente da abordagem, o

envolvimento de *stakeholders* no processo de inovação amplia a capacidade das soluções e fortalece a legitimidade das iniciativas.

4.3 Diretrizes integrativas entre abordagens social e responsável

A partir da análise dos 51 estudos qualitativos e das proposições anteriores, este estudo propõe um conjunto de diretrizes que orientam a convergência entre a Inovação Social (IS) e a Inovação Responsável (IR), resultando em um modelo híbrido voltado à sustentabilidade. Essa proposta responde ao chamado da literatura por abordagens mais interseccionais, capazes de articular valores sociais, éticos e ambientais em contextos de alta complexidade (Cajaiba-Santana, 2014; Lehoux *et al.*, 2021; Stilgoe *et al.*, 2013;).

A inovação social, com sua ênfase em participação cidadã, impacto local e mudança sistêmica (Moulaert *et al.*, 2007; Westley & Antadze, 2010), oferece importantes contribuições para o enraizamento social das inovações. Já a inovação responsável acrescenta à equação os princípios de antecipação, reflexividade, inclusão e responsividade (Owen *et al.*, 2012; Von Schomberg, 2013), fundamentais para alinhar a inovação aos valores coletivos e às necessidades futuras. A integração dessas abordagens exige repensar os modelos tradicionais de inovação e propor práticas organizacionais e institucionais que sejam ao mesmo tempo socialmente relevantes e eticamente orientadas.

Com base nisso, propomos quatro diretrizes integrativas que articulam os pontos fortes das duas abordagens:

Diretriz 1 — Cocriação reflexiva: integrar deliberação social e antecipação ética

Inspirada nas práticas participativas da IS e nas dimensões de antecipação e reflexividade da IR (Stilgoe *et al.*, 2013), essa diretriz propõe que a identificação de problemas e o desenho de soluções ocorram em ciclos contínuos de escuta, aprendizado e reflexão crítica. A inovação não deve apenas emergir da comunidade, mas também considerar cenários futuros, dilemas éticos e potenciais externalidades. O uso de métodos como *foresight* participativo e laboratórios sociais pode operacionalizar essa integração.

Diretriz 2 — Escalabilidade ética e responsiva: expandir com responsabilidade contextual

Embora a inovação social enfrente dificuldades de escalabilidade (Moore *et al.*, 2015), a IR contribui com mecanismos para adaptação responsável e avaliação contínua. A diretriz propõe que a expansão de soluções ocorra com critérios éticos claros, respeitando os valores locais e promovendo justiça distributiva. Isso envolve criar mecanismos de *feedback* adaptativo e avaliar impactos não apenas quantitativamente, mas também segundo critérios qualitativos, como equidade, legitimidade e aceitabilidade social (Degbey *et al.*, 2024; Lehoux *et al.*, 2021;).

Diretriz 3 — Governança policêntrica e multissetorial: alinhar redes sociais e estruturas institucionais

Com base em Ostrom (2010) e Howaldt *et al.* (2016), propomos uma governança que combine a espontaneidade e horizontalidade da IS com a capacidade institucional da IR. Em vez de centralização ou informalidade excessiva, sugere-se a formação de arranjos policêntricos — nos quais universidades, governos, empresas, ONGs e comunidades compartilhem autoridade e corresponsabilidade pela inovação. Isso exige capacidades organizacionais para colaboração intersetorial, aprendizagem institucional e articulação política.

Diretriz 4 — Avaliação multidimensional e iterativa: incorporar valores ao processo de mensuração

A avaliação de iniciativas híbridas deve ir além de métricas de desempenho técnico ou alcance social. Combinando os critérios de accountability da IR (Burget *et al.*, 2017) e os indicadores de transformação sistêmica da IS (Cajaiba-Santana, 2014), esta diretriz propõe sistemas de avaliação contínua, iterativa e multidimensional. Os indicadores devem abranger impacto social, valor ético, transformação institucional e legitimidade percebida, permitindo ajustes ao longo do ciclo de inovação.

5 CONCLUSÃO

Este artigo contribuiu para o aprofundamento teórico sobre os campos da Inovação Social (IS) e da Inovação Responsável (IR), ao propor uma análise comparativa sistematizada, fundamentada em uma metassíntese de estudos de caso qualitativos publicados entre 2021 e 2025. A partir da identificação de convergências e divergências entre essas abordagens, o estudo evidenciou que ambas compartilham fundamentos normativos orientados à transformação social e à sustentabilidade, ainda que operem com lógicas, estruturas e propósitos distintos.

A principal contribuição teórica reside na formulação de quatro proposições analíticas que diferenciam IS e IR em termos de foco (demanda social versus reflexão ética), impacto (transformação sistêmica versus alinhamento normativo), engajamento de stakeholders (orgânico versus institucionalizado) e origem das iniciativas (*bottom-up* versus *top-down*). Com base nessas proposições, o estudo propõe um conjunto de diretrizes integrativas que orientam a constituição de modelos híbridos de inovação, ancorados em cocriação reflexiva, escalabilidade ética, governança policêntrica e avaliação multidimensional.

Essas diretrizes não formam um modelo prescritivo, mas sim um quadro analítico flexível, que pode guiar gestores, formuladores de políticas e pesquisadores na concepção e avaliação de inovações voltadas à sustentabilidade. Em conjunto, apontam para a construção de um campo de inovação híbrida, onde ética, impacto e inclusão caminham lado a lado.

Além de orientar práticas organizacionais e estratégias sociais, essas diretrizes oferecem subsídios relevantes para o desenho de políticas públicas de inovação. Ao articular fundamentos éticos e participação cidadã, o modelo híbrido pode inspirar iniciativas estatais mais responsivas, colaborativas e sensíveis ao contexto, especialmente em áreas como saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento urbano sustentável.

Esse modelo híbrido representa um avanço conceitual relevante ao propor uma superação dos limites das abordagens unidimensionais, reforçando a importância de integrar valores sociais, éticos e ambientais nos processos de inovação. Ao sistematizar os elementos que favorecem a articulação entre práticas emergentes e estruturas institucionais, a proposta contribui não apenas para a construção de arcabouços analíticos mais robustos, mas também para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à inovação sustentável. Governos e formuladores de políticas podem se beneficiar das diretrizes aqui apresentadas para desenvolver instrumentos e programas mais inclusivos, responsivos e eticamente orientados — particularmente em setores como educação, saúde, cidades inteligentes e transições socioambientais.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o escopo da metassíntese, restrito a estudos de caso qualitativos em acesso aberto e no domínio das ciências sociais aplicadas, o que pode limitar a amplitude interdisciplinar da análise. Além disso, a metassíntese não permite generalizações empíricas, sendo mais adequada à construção e refinamento teórico.

Como agenda de pesquisa futura, sugere-se o aprofundamento empírico do modelo proposto por meio de estudos multicaso em diferentes setores e contextos territoriais, especialmente no Sul Global. Investigações longitudinais sobre os efeitos transformadores das iniciativas híbridas, bem como o desenvolvimento de instrumentos avaliativos capazes de captar seus impactos ético-sociais, representam caminhos promissores para consolidar o campo da inovação orientada por valores.

REFERÊNCIAS

- Allal-Chérif, O., Guijarro-Garcia, M., & Ulrich, K. (2022). Fostering sustainable growth in aeronautics: Open social innovation, multifunctional team management, and collaborative governance. *Technological Forecasting and Social Change*, 174, 121269.
- Amoamo, M., & Ruckstuhl, K. (2024). Conceptualizing RRI from a Global South perspective through Indigenous innovation practices in Aotearoa New Zealand's high-tech science sector. *Journal of responsible innovation*, 11(1), 2414528.
- Bataglin, J., Semprebon, E., Carvalho, A. C., & Porsse, M. (2021). Social Innovation: A Study of International Scientific Publication through Network Analysis. *Brazilian Business Review*, 18(4), p.450–467.
- Benneworth, P. & Cunha, J. (2015). Universities' contributions to social innovation: reflections in theory & practice. *European Journal of Innovation Management*, 18(4), 508–527.
- Biegelbauer, P., Wiarda, M., Wagner, P., Lackinger, C., Nieminen, M., Lehtinen, S., ... & Ampolini, A. (2025). What drives change? Dynamic institutionalizations of responsible research and innovation in organizations: reflections on the role of institutional entrepreneurship. *Journal of Responsible Innovation*, 12(1), 2479323.
- Blok, V., & Lemmens, P. (2015). The emerging concept of responsible innovation: Three reasons why it is questionable and calls for a radical transformation of the concept of innovation. In B. J. Koops, I. Oosterlaken, H. Romijn, T. Swierstra, & J. van den Hoven (Eds.), *Responsible Innovation 2: Concepts, approaches, and applications* (pp. 19–35). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-17308-5_2
- Bufali, M. V.; Calò, F.; Morton, A.; Connelly, G. Scaling Social Innovation: A Cross-Cultural Comparative Study of School-Based Mentoring Interventions. *Journal of Social Entrepreneurship*, p. 1–27, mai. 2023.
- Burget, M., Bardone, E., & Pedaste, M. (2017). Definitions and conceptual dimensions of responsible research and innovation: A literature review. *Science and Engineering Ethics*, 23(1), 1–19. <https://doi.org/10.1007/s11948-016-9782-1>
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 42–51.

Catala, B., Savall, T., & Chaves-Avila, R. (2023). From entrepreneurial and innovation ecosystems to the social economy ecosystem. *Journal of Business Research*, 163, 113932.

Chatzichristos, G., & Nagopoulos, N. (2021). Regional institutional arenas for social innovation: a mixed methods research. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(3), 315-337.

Chen, W. H., Chen, S., Lin, Y. C., Chen, C. L., Ng, W. K., Ding, Y., ... & Chen, H. N. (2025). Achieving social innovation in the digital age: A case study of microbusiness. *International Journal of Innovation Studies*, 9(1), 16-29.

Christopoulos, T. P., Verga Matos, P., & Borges, R. D. (2024). An ecosystem for social entrepreneurship and innovation: how the state integrates actors for developing impact investing in Portugal. *Journal of the Knowledge Economy*, 15(2), 7968-7992.

Cloutier, J. (2003). Qu'est ce que l'innovation sociale? [s.l: s.n.]. v. ET0314.

Dabars, W. B., & Dwyer, K. T. (2022). Toward institutionalization of responsible innovation in the contemporary research university: insights from case studies of Arizona State University. *Journal of Responsible Innovation*, 9(1), 114-123.

de Saille, S. (2015). Innovating innovation policy: The emergence of 'Responsible Research and Innovation'. *Journal of Responsible Innovation*, 2(2), 152-168.
<https://doi.org/10.1080/23299460.2015.1045280>

Degbey, W. Y., Pelto, E., Öberg, C., & Carmeli, A. (2024). Customers driving a firm's responsible innovation response for grand challenges: A co-active issue-selling perspective. *Journal of Product Innovation Management*, 41(2), 379-402.

Foley, R. W., Sylvain, O., & Foster, S. (2022). Innovation and equality: an approach to constructing a community governed network commons. *Journal of Responsible Innovation*, 9(1), 49-73.

Felt, U., & Sepehr, P. (2024). Infrastructuring citizenry in Smart City Vienna: investigating participatory smartification between policy and practice. *Journal of Responsible Innovation*, 11(1), 2313303.

Fernández-Blanco, C. R., Górriz-Mifsud, E., Prokofieva, I., Muys, B., & Parra, C. (2022). Blazing the trail: Social innovation supporting wildfire-resilient territories in Catalonia (Spain). *Forest Policy and Economics*, 138, 102719.

Fielke, S. J., Lacey, J., Jakku, E., Allison, J., Stitzlein, C., Ricketts, K., ... & Cooke, A. (2023). From a land 'down under': the potential role of responsible innovation as practice during the bottom-up development of mission arenas in Australia. *Journal of Responsible Innovation*, 10(1), 2142393.

Forsberg, E. M., Berntsen, I. C., Brekke, A., Haugen, A. G., Stensgård, A. E., Strøm-Andersen, N., ... & Szulecka, J. (2024). Norwegian supply chain collaboration when it is urgent to reduce food waste: The relation between efforts for good outcomes and engaging in RRI process dimensions. *Journal of Responsible Innovation*, 11(1), 2376781.

- Groves, C., Henwood, K., Pidgeon, N., Cherry, C., Roberts, E., Shirani, F., & Thomas, G. (2023). Putting visions in their place: responsible research and innovation for energy system decarbonization. *Journal of Responsible Innovation*, 10(1), 2149954.
- Gustafsson, E., McKelvey, M., & Zaring, O. (2023). Exploring how the university ecosystem can mobilise resources for social innovation and entrepreneurship: knowledge-intensive entrepreneurial firms in Sweden. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1-24.
- Heltzel, A., Schuijjer, J. W., Willems, W. L., Kupper, F., & Broerse, J. E. W. (2022). 'There is nothing nano-specific here': a reconstruction of the different understandings of responsiveness in responsible nanotechnology innovation. *Journal of Responsible Innovation*, 9(2), 173-195.
- Hoon, C. (2013). Meta-Synthesis of Qualitative Case Studies: An Approach to Theory Building. *Organizational Research Methods*, 16(4), 522-556.
- Howaldt, J., Domanski, D., & Kaletka, C. (2016). Social Innovation: towards a new innovation paradigm. *RAM. Revista De Administração Mackenzie*, 17(6), 20-44.
- Inglesant, P., Ten Holter, C., Jirotko, M., & Williams, R. (2021). Asleep at the wheel? Responsible Innovation in quantum computing. *Technology Analysis & Strategic Management*, 33(11), 1364-1376.
- Kaplan, L. R., Farooque, M., Sarewitz, D., & Tomblin, D. (2021). Designing participatory technology assessments: a reflexive method for advancing the public role in science policy decision-making. *Technological Forecasting and Social Change*, 171, 120974.
- Kassim, E. S., Zamzuri, N. H., Jalil, S. A., Mohamed Salleh, S., Mohamad, A., & Abdul Rahim, R. (2022). A social innovation model for sustainable development: A case study of a Malaysian entrepreneur cooperative (KOKULAC). *Administrative Sciences*, 12(3), 103.
- Khan, M. S. M., Harvey, C., Price, M., & Maclean, M. (2023). Philanthropy and socio-economic development: The role of large indigenous voluntary organizations in bridging social divides in Pakistan. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 34(6), 1335-1346.
- Kripa, D., Luci, E., Gorica, K., & Kordha, E. (2021). New business education model for entrepreneurial heirs: University of Tirana social innovation and internationalization. *Administrative Sciences*, 11(4), 122.
- Ledingham, K., Opesen, C., Hartley, S., & Neema, S. (2023). Situating the social sciences in responsible innovation in the global south: the case of gene drive mosquitoes. *Journal of Responsible Innovation*, 10(1), 2264100.
- Lehoux, P., Silva, H. P., Denis, J. L., Miller, F. A., Pozelli Sabio, R., & Mendell, M. (2021). Moving toward responsible value creation: Business model challenges faced by organizations producing responsible health innovations. *Journal of Product Innovation Management*, 38(5), 548-573.

- Lehoux, P., Silva, H. P., Denis, J. L., Morioka, S. N., Harfoush, N., & Sabio, R. P. (2024). What entrepreneurial skillsets support responsible value creation in health and social care? A mixed methods study. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 33(4), 807-827.
- Li, C., & Bacete, G. (2022). Mapping the technology footprint in design for social innovation. *International Journal of Innovation Studies*, 6(3), 216-227.
- Li, F., Owen, R., & Shaw, G. (2023). Framings of innovation, responsibility, and responsible innovation in China: insights from a case study undertaken with Chinese businesses. *Journal of Responsible Innovation*, 10(1), 2217594.
- Maher, M., & Hazenberg, R. (2021). Floating down the river: Vietnamese community-led social innovation. *Social Enterprise Journal*, 17(1), 1-19.
- Mejlgaard, N., Bloch, C., & Madsen, E. B. (2018). Responsible research and innovation in Europe: A cross-country comparative analysis. *Science and Public Policy*.
<https://doi.org/10.1093/scipol/scy048>
- Mejlgaard, N., Davies, S. R., Dewandre, N., Lemmens, P., Mátyás, B., Monsees, J. E., ... & Griessler, E. (2019). Teaching responsible research and innovation: A phronetic perspective. *Science and Engineering Ethics*, 25(2), 597-615. <https://doi.org/10.1007/s11948-018-0029-1>
- Moore, M., Riddell, D., & Vocisano, D. (2015). Scaling out, scaling up, scaling deep: Strategies of non-profits in advancing systemic social innovation. *The Journal of Corporate Citizenship*, June, 67-84.
- Morais-Da-Silva, R. L., Takahashi, A. R. W., & Segatto, A. P. (2016). Scaling up social innovation: a meta-synthesis. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 134-163.
- Morandeira-Arca, J., Etxezarreta-Etxarri, E., Azurza-Zubizarreta, O., & Izagirre-Olaizola, J. (2024). Social innovation for a new energy model, from theory to action: contributions from the social and solidarity economy in the Basque Country. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 37(1), 33-59.
- Moerenhout, T., Vandenhoudt, H., Daems, W., Vigneron, L., Vandensande, T., & Teckno 2030 stakeholder group. (2024). Eight caring technology principles: development and implementation of a framework for responsible health technology innovation. *Journal of responsible innovation*, 11(1), 2408815.
- Otten, R., Faughnan, M., Flattley, M., & Fleurinor, S. (2022). Integrating equity, diversity, and inclusion into social innovation education: a case study of critical service-learning. *Social Enterprise Journal*, 18(1), 182-200.
- Owen, R., Macnaghten, P., & Stilgoe, J. (2012). Responsible research and innovation: From science in society to science for society, with society. *Science and Public Policy*, 39(6), 751-760. <https://doi.org/10.1093/scipol/scs093>
- Paredes, L. H. L., & Vigiola, G. Q. (2024). Microspheres of self-governance: Platform communities in times of need in Bogotá, Colombia. *Cities*, 153, 105311.

Patel, M., Weerawardhana, S., & Moreau, L. (2024). Jointly navigating through RRI in practice: lessons from technology design. *Journal of Responsible Innovation*, 11(1), 2425091.

Petersen, I. H., & Kruss, G. (2021). Universities as change agents in resource-poor local settings: An empirically grounded typology of engagement models. *Technological Forecasting and Social Change*, 167, 120693.

Pol, &. Ville, S. (2009). Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term? *The Journal of Socio Economics*, 38(6), 878–885.

Prihadyanti, D., Aziz, S. A., & Sari, K. (2024). Diffusion of social innovation: The innovation provider's perspective. *Journal of the Knowledge Economy*, 15(1), 4516-4570.

Sacchetti, S. (2023). Prosocial organizational capabilities in the work-integration social enterprise. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 34(5), 1036-1049.

Sánchez Hernández, M. I., & Castilla-Polo, F. (2024). Exploring Responsible Research and Innovation in reputable agri-food cooperatives and the link to international orientation. An exploratory empirical case study in Spain. *Journal of Responsible Innovation*, 11(1), 2322756.

Schuijjer, J. W., Broerse, J., & Kupper, F. (2021). Juggling roles, experiencing dilemmas: The challenges of SSH scholars in public engagement. *NanoEthics*, 15(2), 169-189.

Seo, B. K. (2022). Co-creation of knowledge in the urban planning context: The case of participatory planning for transitional social housing in Hong Kong. *Cities*, 122, 103518.

Shier, M.L. & Handy, F. (2014). From advocacy to social innovation: a typology of social change efforts by nonprofits. *VOLUNTAS*, 26, 2581–2603.

Shier, M.L., Turpin, A. & Graham, J.R. (2024). Partnership dynamics that support social innovation by nonprofits. *VOLUNTAS* 35, 491–502.

Sheik, A., Rooyen, D. V., & Mazzei, M. (2022). *Social innovation in South Africa: building inclusive economies? Social Enterprise Journal*, 19 (1), 1-22.

Slitine, R., Chabaud, D., & Richez-Battesti, N. (2024). Towards local sustainability: How intermediation fosters social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 209, 123790.

Silva, L. M. d., Bitencourt, C. C., Faccin, K., & Iakovleva, T. (2019). The Role of Stakeholders in the Context of Responsible Innovation: A Meta-Synthesis. *Sustainability*, 11(6), 1766. <https://doi.org/10.3390/su11061766>

Starkbaum, J., Braun, R., Blok, V., Schroth, F., Häußermann, J. J., Colonnello, C., ... & Gerhardus, A. (2024). Responsible innovation across societal sectors: a practice perspective on Quadruple Helix collaboration. *Journal of Responsible Innovation*, 11(1), 2414531.

- Stilgoe, J., Owen, R., & Macnaghten, P. (2013). Developing a framework for responsible innovation. *Research Policy*, 42(9), 1568–1580. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2013.05.008>
- Taylor, J. B. (1970). Introducing Social Innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 6(1), 69–77.
- Temmerman, L., Veeckman, C., & Ballon, P. (2021). Collaborative governance platform for social innovation in Brussels. *Social Enterprise Journal*, 17(2), 165-182.
- Ten Holter, C., Inglesant, P., & Jirotko, M. (2023). Reading the road: challenges and opportunities on the path to responsible innovation in quantum computing. *Technology Analysis & Strategic Management*, 35(7), 844-856.
- Tuckerman, L., Roberts, J., & Whittam, G. (2023). A spectrum of open social innovation within social enterprise. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 34(4), 799-812.
- Veloudis, S., Ryan, M., Ketikidi, E., & Blok, V. (2025). Responsible innovation in start-ups: entrepreneurial perspectives and formalisation of social responsibility. *Journal of Responsible Innovation*, 12(1), 2453251.
- von Schnurbein, G., Potluka, O., & Mayer, A. (2023). Creating social innovation in urban development through collaborative processes. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 36(2), 316-332.
- Wakunuma, K., Castro, F. D., Jiya, T., Inigo, E. A., Blok, V., & Bryce, V. (2021). Reconceptualising responsible research and innovation from a Global South perspective. *Journal of Responsible Innovation*, 8(2), 267-291.
- Westley, F. & Antadze, N. (2010). Making a Difference: Strategies for Scaling Social Innovation for Greater Impact. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, 15(2), 2–19.
- Whitelaw, S., Gibson, I., Wild, A., Hall, H., & Molloy, H. (2021). The Dumfries Arts Award Project: towards building a programme theory of innovation transfer across two social organisations. *Social Enterprise Journal*, 17(2), 183-202.
- Zhang, H., Gao, J., & Zhang, F. (2025). How to re-found RRI in a cosmopolitan world? A case study of BGI, the frontier genetic enterprise in China. *Journal of Responsible Innovation*, 12(1), 2440961.